Ingressando no Instituto do Ceará

PEDRO SISNANDO LEITE (*)

Sinto-me honrado e muito feliz em assumir a condição de Sócio Efetivo do Instituto do Ceará. Agradeço a todos os amigos integrantes deste Sodalício, pelo gesto de bondade e sincera amizade, aprovando o meu nome para membro desta centenária Instituição.

Acredito que a homenagem de que sou alvo também é extensiva às instituições que moldaram a minha mentalidade e formação profissional. Ao Banco do Nordeste, atribuo os meus princípios de valorização da eficiência e disciplina no trabalho em equipe; à Universidade Federal do Ceará, devo minha formação intelectual e minha experiência no magistério e na administração universitária. Ao atual Governo do Estado, devo a prática do primado da ética na política e o respeito aos princípios de honestidade no uso dos recursos do setor público.

Seria injusto deixar de antecipadamente mencionar os nomes do nosso Presidente Cel. Paulo Ayrton Araújo e do Dr. Eduardo de Castro Bezerra Neto que se lembraram e defenderam o meu nome para sócio deste Instituto. Convém registrar que o Dr. Eduardo Bezerra foi nosso colega de trabalho durante muitos anos no Banco do Nordeste. Desse convívio nasceu um sentimento fraterno e de respeito mútuo. Coube também a outro colega do Banco do Nordeste, Dr. Juarez Novaes Pontes, referenciar o meu nome ao Cel. Paulo Ayrton como o de um possível candidato ao Instituto do Ceará.

O peso da responsabilidade em assumir a condição de Sócio Efetivo do Instituto do Ceará é multiplicado pela condição em que faço.

Trata-se, evidentemente, do contraste intelectual entre o meu antecessor, Prof. Djacir Lima Menezes e a modesta condição de

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

provinciano Professor de Desenvolvimento Econômico que efetivamente sou. Lembro-me bem quão pequeno me achava quando, na condição de estudante da Faculdade de Ciências Econômicas, ainda na Praça do Liceu, ansiava melhor compreender os fenômenos sócio-econômicos e filosóficos magistralmente analisados pelo culto Prof. Djacir Menezes em vários livros de sua autoria.

Na verdade, foi a partir de estudos do extraordinário acervo das obras do insigne mestre que mergulhei, então, na investigação das teorias de Karl Max e Friedrich Engels.

Foi efêmera a minha busca de então em tornar-me um marxista. O materialismo dialético contrastava com minhas arraigadas convicções religiosas. Nem por isso arrefeceu em mim o interesse pelos estudos filosóficos e econômicos de fundo crítico ao sistema capitalista. Dessa época vem o meu interesse pelos modelos sociais democráticos, hoje bastante popularizados em muitos países.

Para formular um julgamento da personalidade do Dr. Djacir Menezes, necessito recorrer ao amparo de contemporâneos e estudiosos de sua vida e de sua obra. São valiosos a esse respeito os testemunhos de Moacir Teixeira de Aguiar, Prof. Martins Filho, Hélio de Souza Melo e tantos outros intelectuais de nosso Instituto.

Segundo esses renomados cientistas sociais, o Prof. Djacir Menezes é um dos vinte maiores intelectuais do Ceará de todos os tempos. Seu nome também se evidenciou na vida cultural brasileira. Djacir amava o Ceará e sua gente, mesmo vivendo na antiga capital da República durante muitos anos.

Contou-me Vladir Menezes que presenciou em certa ocasião, no Rio de Janeiro, uma reunião na qual estavam alguns intelectuais mais renomados do país, inclusive Afonso Arinos e Pedro Calmon. Falavam das universidades francesa, alemã e inglesa em que haviam estudado. Perguntaram ao Prof. Djacir Menezes em qual centro universitário estrangeiro ele tinha estudado. Num gesto de simplicidade e amor à terra em que nasceu, disse: "Tudo o que sei e ensino aos meus meninos, aprendi no Ceará!"

Maranguape foi o berço de nascimento de Djacir Lima Menezes, em 16 de novembro de 1907. Notabilizou-se cedo no jornalismo e nos meios intelectuais cearenses, levando o proeminente historiador Barão de Studart a convidá-lo a ingressar como

Sócio Efetivo no Instituto do Ceará. Eleito em 20 de abril de 1933, permaneceu neste Sodalício até o seu falecimento, no dia 08 de junho do ano passado.

Filho de Paulo Elpídio de Menezes e de Dona Oda Freire Lima Menezes, com sua esposa Stela Pontes teve os filhos Vladir, professor da Faculdade de Ciências Econômicas e confrade neste Instituto, Vlademir e Djacir Filho, engenheiros e Vleuda, advogada. De seu pai, Djacir, guardava fortes recordações da marcante personalidade de jurista defensor do fraco ou humilde sem temor de desagradar às autoridades. Ao assumir a cátedra de Economia Política na Faculdade Nacional de Filosofia, em março de 1947, entre outras palavras dedicadas a Paulo Elpídio de Menezes, disse: "Coração amável de meu pai, que mais do que nunca sinto pulsar em mim como a fonte invisível do que poderia existir de mais digno no meu pensamento e na minha vida".

Fez o curso secundário no Liceu do Ceará, tendo sido o orador da turma de 1925. Na Faculdade de Direito do Ceará, iniciou seus estudos de Ciências Jurídicas e Sociais em 1926. Transferiu-se, em 1929, para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil onde, em 1930, concluiu seu curso superior. Ao regressar ao Ceará, em 1932, fez curso de doutorado da Faculdade de Direito.

No magistério, o Dr. Djacir Menezes notabilizou-se pelo seu brilhantismo e cultura. No Ceará, foi catedrático de psicologia no atual Instituto de Educação Justiniano de Serpa e ocupou também a cátedra de Introdução à Ciência de Direito de nossa Escola Jurídica. Em 1938, fundou e foi o primeiro Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, encampada pelo Estado e, depois, incorporada à Universidade Federal do Ceará. Nessa Faculdade, ensinou na cátedra de Economia Política, mais tarde ocupada pelo Prof. Martins Filho, com quem tive o privilégio de dar os primeiros passos em minha formação de economista.

Foi professor titular de inúmeros cursos e faculdades no País e no exterior. Na condição de Diretor e Professor Emérito, comandou os destinos da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1960 a 1964, e como Reitor dessa Universidade em 1969. São inumeráveis as conferências

proferidas no país e no exterior e rica é a galeria de Títulos Honoríficos e homenagens recebidas.

O título que mais honrava, entretanto, segundo Hélio Melo, era o de membro efetivo do Instituto do Ceará. Doravante também penso assim.

O que impressiona na vida cultural do Prof. Djacir Lima Menezes é a quantidade de trabalhos publicados. Somente livros foram cerca de 50, nos ramos da filosofia, sociologia, economia, direito e literatura. Alguns livros podem ser mencionados: "O Problema da Realidade Objetiva", "Hegel e a Filosofia Soviética" (premiado pela Academia Brasileira de Letras), "Raízes Presocráticas de Teses Atuais" e "Idéias contra Ideologias", todos no campo da filosofia.

No âmbito da sociologia, merece destaque "Preparação ao Método Científico", "Diretrizes da Educação Nacional", "O Brasil no Pensamento Brasileiro", "As Elites Agressivas", "Estudos de Sociologia e Economia" e a excepcional contribuição no estudo do problema do semi-árido nordestino, "O Outro Nordeste". As obras didáticas mais conhecidas são: "A Economia Política", "Introdução à Ciência do Direito", "Princípios de Sociologia", "Direito Administrativo", "Finanças das Empresas", para citar apenas algumas.

A literatura também foi enriquecida com obras do escritor Djacir Menezes, tais como: "Evolução do Pensamento Literário no Brasil", "Diário de Buenos Aires", "Crítica Social de Eça de Queiroz" e "Vida Social e Criação Literária", além de outras.

Em resumo, estas são algumas das informações do riquíssimo curriculum do Prof. Djacir Menezes. Espero, no futuro próximo, aprofundar melhor o estudo da sua contribuição científica, especialmente no campo da economia e sociologia como áreas de meu maior interesse profissional e acadêmico.

Não seria prudente tentar analisar agora qualquer uma das citadas obras do Dr. Djacir. Na própria escolha do que abordar poderia preterir contribuições originais que são a característica da produção científica do renomado filósofo.

De qualquer modo, não posso deixar de recomendar a todos os presentes a leitura do "O Outro Nordeste", publicado pela Editora Casa José de Alencar - UFC. Trata-se de um ensaio de

atualidade surpreendente sobre a evolução social e política do Nordeste, de suas implicações históricas e dos problemas gerais do meio ambiente.

Como o próprio autor evidencia: "meus livros refletem a minha preocupação na tentativa de aplicação de método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais". Ao mesmo tempo, o escritor, de visão global, posiciona a Região nordestina dentro da evolução do Brasil "em conexão com os processos do desenvolvimento capitalista no Ocidente".

Acredito ser oportuno, no entanto, fazer alguns poucos comentários sobre aspectos do desenvolvimento do Nordeste, segundo a minha vivência como pesquisador do Banco do Nordeste e de professor de desenvolvimento econômico da UFC. Nesta oportunidade, preocupa-me destacar apenas aspectos relativos aos motivos políticos e econômicos causais da defasagem do pouco progresso do Nordeste em relação a outras regiões mais desenvolvidas do nosso País.

O Nordeste do Brasil é uma das regiões de mais antiga colonização do novo mundo e área pioneira na exploração agro-industrial do País. Com início em 1552, a produção açucareira do Nordeste tornou-se a mais importante do mundo. Na primeira metade do século XVII, o Nordeste viveu, em decorrência disso, uma fase de acentuada prosperidade pelos padrões de então, com significativas transações com os mercados europeus.

A economia açucareira do Nordeste, entretanto, sofreu um rude golpe pela concorrência da produção oriunda das Antilhas. Os preços do produto caíram drasticamente nos mercados internacionais, com graves conseqüências econômicas e sociais para a região. Ao mesmo tempo, surgiram novas fronteiras regionais no Brasil, produtoras de ouro, borracha e café, que se constituíam as maiores atrações econômicas da época.

Por força do acentuado aumento demográfico e da crise de produção e emprego no litoral úmido açucareiro, a população nordestina deslocou-se com maior intensidade para o interior semi-árido, onde implantou uma agricultura mista de subsistência e pecuária, em combinação com a cotonicultura. A interiorização serviu também para fornecer carne e cereais ao litoral próspero.

Os historiadores estão de acordo que as disparidades econômicas e sociais entre o Nordeste e o Centro-Sul tiveram início por volta de 1800, com o término do ciclo da cana-de-açúcar e do algodão e a ampliação dos mercados para o café. Deu-se, a partir daí, com a abolição da escravatura, quase dois séculos de declínio relativo do Nordeste. Além dessa crise de produção, outros fatores estruturais negativos de natureza sócio-econômica para o desenvolvimento e uma política econômica focalizada sobre o mais dinâmico Centro-Sul, contribuíram para o aumento do hiato entre essa Região e o Nordeste.

A estagnação relativa da economia nordestina, na primeira metade do atual século, está vinculada também ao comportamento do setor industrial, que prosperou substancialmente em São Paulo em detrimento do Nordeste. Assim é que na primeira metade do século, a economia nordestina chegou a experimentar alguma motivação, com o apoio na sua vinculação ao mercado em expansão no Centro-Sul. Contudo, o ritmo de aumento na renda "per capita" nessa fase foi ainda bastante lento, de modo que o Nordeste continuou a perder posição no conjunto da economia nacional.

Na verdade, o Nordeste foi considerado durante séculos como uma região problemática devido ao seu clima. As primeiras informações sobre secas no Nordeste datam de 1583, além de relatos sobre as conseqüências e sofrimentos das populações motivadas pelas secas no tempo da Colônia, do Império e da República, como registra o Dr. Guimarães Duque. A literatura sobre esses fenômenos, de maneira sistemática, data de 1614. Estudo do Dr. Rui Simões de Menezes, de fato, anota mais de 1.000 publicações sobre o assunto.

Foi com as desastrosas ocorrências da seca de 1877-79, com mais de um milhão afetados pela fome, sede e doenças, principalmente no Ceará, que o Governo Federal reconheceu ser o Nordeste uma região com problemas de interesse nacional. Em decorrência disso, o Imperador Pedro II criou uma Comissão Imperial para sugerir medidas que evitassem no futuro a repetição das desastrosas conseqüências de crises climáticas semelhantes. O fulcro do programa proposto era de natureza hidráulica, principalmente obras

de engenharia, açudes públicos e estradas. O açude Cedro, no município de Quixadá (CE), iniciado em 1884 e concluído em 1906, é um exemplo das iniciativas nesse tocante.

Na República, tiveram continuidade as medidas de melhoria das condições do meio físico e, depois da Revolução de 30, houve aceleração nos trabalhos de engenharia e, em menor escala, atenção para com a irrigação, piscicultura, plantas forrageiras e estudos de solos.

Dessa época até a Segunda Guerra Mundial (1942), o Governo Federal procurou realizar a integração política nacional, quando foram iniciados alguns estudos visando à ação governamental, então bastante centralizada. É dessa fase (1943) a criação da Missão Técnica Americana de Alto Nível (mais conhecida por Missão Cook) para auxiliar o Brasil no planejamento de auto-suficiência econômica, especialmente tendo em conta os problemas criados com a Segunda Guerra Mundial.

Durante o período de 1948-51 – Governo Dutra – as idéias de planejamento econômico frutificaram vigorosamente. Um plano qüinqüenal de desenvolvimento nacional (SALTE) foi elaborado e submetido ao Congresso Nacional, em 1948. Nesse mesmo ano, a Comissão Técnica Mista Brasil – Estados Unidos (conduzida pelos economistas John Albbink e Octávio Gouveia de Bulhões) elaborou circunstanciados estudos sobre a economia brasileira. O Programa, denominado Ponto IV (1951-53) foi resultante do acordo firmado com os Estados Unidos, por sugestão de referidos estudos.

Getúlio Vargas fora eleito para presidente em 1950. Logo depois, em 1951, abateu-se sobre o Nordeste uma seca de grandes repercussões econômicas e sociais, chamando a atenção da Nação para a necessidade da modificação da política para a Região. Após visitar o Nordeste por essa ocasião, o Ministro da Fazenda de Vargas, Horácio Láfer, propôs a criação do Banco do Nordeste do Brasil.

Inicialmente, o BNB tinha por finalidade o financiamento da agricultura, obras de irrigação, aquisição de máquinas agrícolas, construção de silos e exploração de cultivos econômicos adaptados ao semi-árido. Por influência dos três assessores nordestinos de Vargas – Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleantho de Paiva Leite – o BNB teve suas funções ampliadas para tornar-se

um grande órgão de desenvolvimento econômico regional. Em junho de 1952, o BNB foi instituído por lei e, sob a presidência do Dr. Rômulo de Almeida, iniciava suas operações em 1954.

A mensagem presidencial que propunha a criação do BNB continha críticas ao "approach" de obras contra as secas e apontava a necessidade da realização de estudos e elaboração de um plano global para a Região, de modo a atacar as causas e efeitos econômicos e sociais dos problemas regionais.

O memorando apresentado às Nações Unidas pelo economista Stefan H. Robock, em dezembro de 1955, na qualidade de assessor do Banco do Nordeste do Brasil, registrava que, "não obstante os esforços e a existência de razoáveis recursos naturais, o Nordeste tinha permanecido, de modo geral, na retaguarda econômica do País". Naquela ocasião, a região que abrangia os Estados do Piauí à Bahia, contava com uma população de 18 milhões de habitantes e com uma renda "per capita" de apenas 43% da média brasileira.

Com base nos estudos iniciais elaborados pela equipe técnica em formação no Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), foi identificado que o pouco êxito dos programas de desenvolvimento do Nordeste podia, em grande parte, ser atribuído à ausência de planejamento e à pequena quantidade de pessoal técnico habilitado para elaborar os estudos necessários a um programa de desenvolvimento econômico adequado. Outra limitação era a não utilização de critérios científicos na identificação dos problemas regionais. As compreensões emocionais dos problemas do Nordeste resultavam em políticas cujos méritos ficavam muito a desejar.

Disso resultava que os programas regionais eram defensivos e relativos aos efeitos e não às causas diretamente determinantes do desenvolvimento econômico. Faltava uma visão global da economia regional, aliada à ausência de coordenação entre os programas e as instituições responsáveis.

Com base nesse diagnóstico preliminar, o ETENE iniciou um trabalho de análise econômica como subsídio à elaboração de um programa regional e de uma política de crédito e assistência técnica. Na ocasião, aliás, o novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek

de Oliveira (1955), reconhecia a necessidade de "planejamento regional e coordenação do Nordeste".

A 14 de dezembro de 1956, foi assinado o decreto nº 40.554 constituindo, no Conselho Nacional de Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho para o Nordeste (GTDN), cuja direção executiva foi confiada a um representante do BNB.

Os estudos realizados pelo GTDN, depois CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – resultaram na criação, em dezembro de 1959, por iniciativa do Poder Executivo, da Autarquia Federal – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tinha como objetivo a implantação da nova política governamental de desenvolvimento do Nordeste.

Ao longo dos anos, o Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil deu continuidade aos estudos macroeconômicos e setoriais, destinados à formulação de políticas econômicas.

Uma das conclusões relevantes desses exaustivos estudos foi de que "não é verdade que o Nordeste seja um sorvedouro de recursos públicos, nem que a economia da região esteja estagnada, nem que a política de desenvolvimento regional esteja sendo um fracasso".

Em contrapartida, tais estudos propõem que o Nordeste não precisa usar o argumento da miséria para conseguir favores, mas que a Região carece é de desenvolver seu potencial de recursos para atrair novos investimentos.

Na verdade, à proporção que nos aproximamos do fim do segundo milênio desde o nascimento de Cristo, há muitas razões para fazer uma reflexão sobre o futuro do Nordeste e do nosso Ceará.

Na emergência de uma civilização globalizada, as esperanças no futuro nunca foram antes tão significativas e desafiadoras. De fato, novas especializações e tecnologias estão expandindo nossa capacidade para ver desde o interior do átomo até as distantes galáxias do universo. As comunicações e meios de transporte nos capacitam a romper as barreiras das distâncias. A medicina avança prometendo curas miraculosas e novos tratamentos a doenças antes incuráveis. A engenharia genética promete a quebra

de antigas barreiras no aumento da produtividade e na eliminação de pragas e doenças.

As sementes de um futuro diferente precisam ser urgentemente plantadas, com vistas à moldagem de uma sociedade e um modelo de desenvolvimento econômico mais justo, igualitário e mais cristão.

Ao Instituto do Ceará cabe um papel especial nesse momento histórico. O conhecimento, a experiência e o discernimento dos sócios desta Casa do saber podem ser a fonte de águas limpas para ajudar o crescimento e a frutificação dessa nova vida de prosperidade e bem-estar da população do nosso Estado, que vive nas cidades e no campo.

Não se pode obscurecer que a tarefa a realizar carece de determinação e vontade política obsessiva. O Prêmio Nobel de Economia, Simon Kuznets, por exemplo, adverte que as mudanças necessárias ao desenvolvimento não são apenas de caráter econômico e tecnológico, mas encerrem muitas invenções através das quais os indivíduos cooperem e participem da atividade econômica e social. Outro Prêmio Nobel de Economia, Gunard Myrdal, diz ser necessário para realização do desenvolvimento econômico autêntico, a modernização dos métodos de pensamento da sociedade. Acha Myrdal, enfim, que é necessária a adoção rigorosa dos ideais de eficiência, zelo, pontualidade, frugalidade, honestidade, orientação para a mudança, autoconfiança, cooperação e disposição para organizar a vida pessoal e comunitária.

Em outras palavras, como adverte em resumo o Prof. Stefan Robock: "O desafio que se apresenta no Nordeste é o de melhorar a eficiência de operação de toda sociedade – dos indivíduos, das instituições privadas e das organizações governamentais de maneira continuada".

Finalmente, gostaria, sinceramente, de agradecer mais uma vez a todos os que deram apoio para o meu ingresso nesta casa de cultura e tradição do Ceará.

A todos os presentes, autoridades, familiares, em especial minha mulher Mirna – companheira de todos os momentos – colegas da Academia Cearense de Ciências, Academia de Ciências Sociais do Ceará, do Banco do Nordeste, das Universidades, colegas

do Governo do Estado, meus irmãos e irmãs da Comunidade Face de Cristo, enfim, a todos os meus amigos, agradeço a alegria que me concederam em testemunhar esta solenidade.

Ao Eduardo Bezerra, mais uma vez, o meu reconhecimento de todo o coração, pelas bondosas palavras a meu respeito. Sempre considerei o Eduardo muito mais do que um intelectual de peso, um companheiro leal e amigo.

Agradeço a Deus a graça que me permite, a partir de agora, participar dessa grande família do Instituto do Ceará, aproveitando os dons que Ele me deu.

(Discurso proferido na sessão solene de 23-10-97)